

AUTONOMIA DOCENTE: SIGNIFICAÇÕES POLÍTICAS NO DOCUMENTO FINAL DA CONAE 2024

Fabício do Nascimento Araújo/ Universidade Federal da Paraíba – Email: fabnascimento73@gmail.com

Fernanda Gezielle de Oliveira / Universidade Federal da Paraíba – Email: fernandagezielle@outlook.com

Ângela Cristina Alves Albino / Universidade Federal da Paraíba – Email: angela.educ@gmail.com

1- Introdução

A autonomia docente ainda é uma condição profissional que precisa ser estudada em conceitos, variações e atribuições, sobretudo em significações no ambiente escolar. O termo autonomia docente pode conter mudanças, dependendo das variadas interpretações dos indivíduos sociais. Pacheco (2010) destaca a necessidade de distinção no uso do termo autonomia quando nos referimos ao trabalho docente.

A forma como os processos de formação são organizados socialmente influencia diretamente a autonomia, podendo incentivá-la ou limitá-la. Segundo Pacheco (2010, p.16), embora se fale bastante sobre desenvolvimento, cooperação e fortalecimento do papel dos professores, ainda predominam práticas centralizadoras, padronizadas e voltadas à eficiência. O discurso da autonomia, por sua vez, pode ter um impacto ambíguo: ao mesmo tempo que estimula a autoconfiança dos indivíduos, pode também reforçar sua submissão ao controle institucional. Assim, é fundamental diferenciar uma autonomia meramente formal de uma abordagem verdadeiramente democrática, que permita aos professores uma participação efetiva e crítica, em vez de apenas envolvê-los em processos burocráticos e tecnicistas.

Em assuntos pedagógicos, a autonomia docente ganha espaço como em diálogos, debates e rodas de conversa, pois a definição da temática é muitas vezes intrigante e para Contreras (2002) o tema autonomia docente assim como a ideia de seu profissionalismo têm sido temas recorrentes nos discursos pedagógicos, porém na forma de slogans, fugindo na maioria dos casos da prática docente na escola.

O planejamento, a execução e a avaliação de práticas pedagógicas são fatores influenciados pela autonomia docente, uma vez que pode trazer benefícios ou

malefícios aos estudantes em sala de aula. São diversos os aspectos que influenciam e interferem na atuação docente, sendo que ao analisar a formação dos professores, nos últimos vinte anos, destaca a relevância das relações estabelecidas entre os conhecimentos produzidos pelos pesquisadores universitários das ciências da educação e os saberes mobilizados pelos professores no desenvolvimento de suas práticas laborais.

Na relação entre autonomia e a qualidade do ensino, é possível observar os impactos na aprendizagem dos alunos, que para Ramalho e Nuñez (2014) a formação do professor faz-se como um itinerário organizado pedagogicamente para desenvolver conhecimentos, habilidades, atitudes e competências necessários a seu aguçar profissional, sendo fatores imprescindíveis ao avanço e à inovação da atividade de ensino como um todo.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar as significações políticas da autonomia docente, apresentadas no documento da Conferência Nacional de Educação (CONAE) 2024.

2- Desenvolvimento

O presente estudo realizou-se através de uma análise documental, em que exploramos os aspectos da autonomia dos profissionais da educação nas proposições do documento da CONAE 2024. Em um apanhado geral, o documento da CONAE aborda a autonomia nos aspectos financeiro, de gestão e docente. A partir disso, destacamos a autonomia apontada no Eixo V do documento que trata da valorização dos profissionais da educação. No documento cabe destacar:

[...] quando se trata da valorização dos(das) trabalhadores(as)/ profissionais da educação, é necessário abordar um conjunto de aspectos, que são condição para tal. Tais aspectos compreendem [...] a autonomia, a liberdade e a possibilidade de realização profissional, o que implica em validar a autonomia e a autoria no fazer pedagógico da escola, garantindo os preceitos da Constituição Federal, de 1988, que assegura liberdade de cátedra aos(às) profissionais da educação, conforme as diretrizes da gestão democrática, da qualidade social, do acesso, da permanência das crianças, jovens, adultos e idosos nas instituições educativas (CONAE, 2024, p. 160).

Entre os percalços enfrentados pela autonomia docente está o currículo, quando consideramos a existência de um currículo unificador nacional, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pois a homogeneização do currículo suprime as particularidades regionais e as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores. Albino e Silva

destacam que a BNCC é “uma política de currículo baseada em experiências internacionais e justificada também por essas experiências” (Albino e Silva, 2019, p. 141), o que salienta como diversas características locais são colocadas a margem do currículo em prol de objetivos como as avaliações em larga escala. Além disso, vale ressaltar que “tanto o docente, quanto a instituição escolar e a sociedade precisam construir relações autônomas e, ao mesmo tempo, manter relações entre si para ser coletiva” (Lacerda e Jucá, 2021, p. 122).

Além disso, o documento traz a luz das discussões a reflexão sobre as alterações nos planos de carreira e seus impactos na prática docente na educação.

É necessário superar a ideia, posta em prática em alguns estados e municípios, de modificar os planos de carreira em função do piso salarial, para introduzir remuneração por mérito e desempenho, em detrimento da valorização da formação continuada permanente e da titulação. [...] Tais políticas colocam em risco a carreira do magistério e fragilizam o estatuto profissional docente, abrindo caminho para o total controle sobre as questões educacionais, suprimindo a autonomia e a criatividade do fazer docente, favorecendo a desqualificação do trabalho pedagógico, e pondo em risco a própria democratização da educação (CONAE, 2024, p. 164).

Além dos impactos da gestão escolar à Autonomia Docente, ainda é possível destacar a questão da formação inicial e continuada do professor, o que agrega bastante em sala de aula, caracterizando o seu profissionalismo, habilidades e competências. Fiorentini e Crecci (2013) defendem que o conceito de aprimoramento profissional docente foi desenvolvido para destacar o processo de construção da aprendizagem e do conhecimento, bem como o crescimento profissional do professor, em vez do processo tradicional de formação.

3- Conclusão

A análise documental realizada evidenciou que a autonomia docente é um conceito complexo e multifacetado, que sofre influência de diversos fatores, como a gestão escolar, a formação profissional, as diretrizes curriculares e as políticas educacionais. O documento da CONAE 2024 reafirma a importância da valorização dos professores e da garantia de sua autonomia no fazer pedagógico, destacando a necessidade de um ambiente que promova a liberdade de cátedra e a participação ativa dos docentes nas decisões educacionais.

No entanto, desafios como a padronização curricular, as mudanças nos planos de carreira e a centralização das políticas ainda representam obstáculos à efetivação dessa autonomia. Dessa forma, torna-se essencial aprofundar o debate sobre o tema, buscando estratégias que assegurem condições reais para o exercício profissional autônomo, contribuindo para a inovação pedagógica e para a melhoria da qualidade da educação no Brasil.

4- Referências

ALBINO, Ângela Cristina Alves; SILVA, Andréia Ferreira da. BNCC e BNC da formação de professores: repensando a formação por competências. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 13, n. 25, p. 137-153, jan./mai. 2019.

CONAE. Plano Nacional de Educação (2024-2034): política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável. 207 p. 2024. Disponível em: <https://campanha.org.br/acervo/documento-final-conae-2024/>.

CONTRERAS, José. A autonomia de professores. São Paulo: Cortez, 2002. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela.

CRECCI, V. M.; FIORENTINI, D. Práticas de Desenvolvimento Profissional em Comunidades de Professores que Ensinam Matemática. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 11. 2013, Curitiba/PR. Anais... Curitiba/PR: SBEM, 2013. p. 1-15.

LACERDA, C. R.; GONÇALVES JUCÁ, W. ANÁLISE DOS DESDOBRAMENTOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NA AUTONOMIA DO TRABALHO DOCENTE. *Linguagens, Educação E Sociedade*, (47), 109–129, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26694/les.v0i47.11236>.

PACHECO, José. Escola da Ponte: formação e transformação da educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

RAMALHO, Betânia Leite; NUÑEZ, Isauro Beltrán. Formação, representações e saberes docentes: elementos para se pensar a profissionalização dos professores. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014.